



Governo quer índio calado, diz o cacique.

Juruna promete só falar xavante caso seja eleito

O cacique Juruna garantiu ontem, Dia do Índio, no Rio, que se for eleito deputado federal pelo PDT fluminense só vai falar no Congresso Nacional em sua língua de origem, o Xavante, para que seu mau português não sirva de pretexto para mal-entendidos.

"Se eu for eleito — acrescentou Juruna — vou lutar junto com outros pobres que nem os índios, com os pretos, com os favelados, que eu conheço bem porque tenho vivido igual a eles. Vou lutar pelo direito de salário para o trabalhador, pela escritura da terra do índio, que também é filho de Deus."

Participando de um comício do PDT na Cinelandia, em comemoração ao 99.º ano de nascimento do ex-presidente Getúlio Vargas, Juruna afirmou, diante de cerca de 2 mil pessoas:

"O Brasil é do índio e também de vocês, pobres. Ninguém reconhece a minha vida, tão angustiada pelos ricos e pelas autoridades militares que mandam nesse País. Branco tem direito a ser advogado, marechal ou general. Índio não. Mas o Tribunal (a Justiça) é nosso, é do preto também. Eu vou lutar aqui, vou ser processado aqui, vou ser preso aqui. Se nós todos não gritar (sic), o Diabo toma conta do País. Essa autoridade de mau caráter é o Diabo e é por isso que o Governo quer índio calado, obediente. Mas eu vou falar."

MASSACRE

Em São Paulo, onde participa de diversos festejos alusivos à Semana do Índio, o índio tucano Doetiro (Alvaro Fernandes Sampaio), vice-presidente da Unind — União das Nações Indígenas do Brasil, lembrou que o Brasil foi um dos países onde mais se matou índios em toda a América do Sul: de cerca de 5 milhões, na época do descobrimento, restam apenas, hoje, 220 mil.

"Mas o massacre físico e cultural continua" — disse Doetiro. "Querem obrigar o índio a ser branco: Aplicam aquelas idéias bestas para ver quem é índio, pela cor da pele, pelo cabelo (critérios de indianidade da Funai). Essa é uma idéia absurda do coronel Ivan Zanoni Hausen, o Golberi da Funai. Ele tem preconceitos contra o próprio índio. Todo mundo sabe que eles cometem injustiças na Funai, só que ninguém tem coragem de dizer."

Os problemas para os índios continuarão existindo, segundo o vice-presidente da Unind, mas deverão ser controlados pelo seu próprio povo, através de unidade e organização política, com menos interferência da Funai. "Estamos conscientes de que vamos conseguir aos poucos" — prosseguiu o índio tucano. "Temos hoje uma organização a nível nacional (a Unind) e com repercussão até ao nível internacional."

"A Unind ainda é jovem e pequena" — concluiu Doetiro. "Foi criada há dois anos, em Campo Grande e hoje congrega 40 e poucas das mais de 180 nações indígenas do Brasil. Cento e sessenta, e seis mantêm suas línguas distintas. Mas nosso crescimento é dificultado porque somos nocivos a certos interesses de grupos políticos, empresariais e da própria Funai."

Funai fará exame de sangue, diz o Cimi

BRASÍLIA — A Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas da Funai (Agesp), está elaborando novos critérios de indianidade. Desta vez, a Agesp pretende saber quem é índio no Brasil a partir de exames de sangue que devem ser aplicados em algumas comunidades cuja identidade é duvidosa. A denúncia foi feita ontem pelo secretário geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), padre Paulo Suess.

Ao fazer a denúncia, o missionário informou ainda que os estudos da Agesp "atestam uma profunda discordância na Funai, porque ao mesmo tempo em que o coronel Paulo Leal, presidente do órgão, desaprova os critérios de indianidade, o coronel Zanoni Hausen, diretor da Agesp, elabora novos critérios".

O presidente da Funai, Paulo Leal, disse ontem que "desconhece" os novos estudos sobre a indianidade. Sua declaração foi feita após a missa celebrada pela Funai na Igreja de Dom Bosco em Brasília e o coronel Leal afirmou também que "esses critérios não devem existir". Há cerca de dois meses Paulo Leal vetou os estudos sobre indianidade feitos pelo coronel Zanoni Hausen. Esses estudos pretendiam identificar os índios através de critérios históricos, geográficos, antropológicos e biológicos. Ao recusar o estudo, o presidente da Funai sustentou o argumento de que "a identidade indígena deve ser averiguada a partir do Estatuto do Índio, que é bastante claro nesse aspecto".

O professor Olímpio Serra, ex-diretor do Parque Indígena do Xingu, ao tomar conhecimento dos novos estudos que pretendiam determinar a indianidade dos grupos tribais brasileiros afirmou que "esses percentuais são utilizados nos Estados Unidos e, se no Brasil os critérios adotados forem os mesmos daquele país, o estudo pode ter um efeito de "boomerangue", porque os critérios sanguíneos vão revelar uma massa indígena muito grande escondida na estrutura de classe desse país".

SOLENIIDADE

O ministro Mário Andreazza, do Interior, recebeu do ministro da Educação, Rubem Ludwig, o mapa etno-histórico de Kurt Nameandajum, antropólogo alemão que viveu e morreu entre os namibiquaras do Vale do Guaporé, em Rondônia. O estudo é considerado um dos trabalhos mais importantes sobre a etnografia brasileira. Elaborado há quase 40 anos, o mapa estava em poder do Museu Nacional e foi agora publicado.